

De olho na CIDADE

Porto Alegre/RS • maio e junho de 1992 • Ano I • Número 3

UMA QUESTÃO MUITO DELICADA

No mapa da cidade, o morro está pintado de verde e a várzea do rio, de azul. São áreas públicas de preservação e também são áreas de risco. A lei proíbe a sua ocupação.

Antônio e Francisco não têm casa para morar. Um se instala na encosta do morro e o outro, na beira do rio. Para fazer o seu barraco, Antônio corta umas árvores e escava o morro. O esgoto e o lixo de Francisco são jogados no rio, de onde, logo abaixo, a Prefeitura retira água para distribuir na cidade.

José, Maria e Tereza também vivem na cidade, mas moram em terrenos legais e seguros. Eles protestam contra a destruição do morro e a contaminação da água. Para eles, Antônio e Francisco são invasores e predadores. Mas Antônio e Francisco bebem a mesma água contaminada do rio e um dia uma chuvarada arrasta o barraco de Antônio morro abaixo e inunda o barraco de Francisco.

Longe dali, Pedro, um colono quase sem terra, queima o mato para aumentar um pouco a sua roça, e desaloja uma família de bugios. Chega o IBAMA e o autua.

A maioria dos que defendem a preservação do meio ambiente, reclamando a proteção

dos morros, dos cursos d'água, das matas e das espécies animais em extinção, encara esta questão apenas sob o ângulo do direito coletivo. É, sem dúvida, uma bandeira justa, pois dela depende o futuro da humanidade. Mas quem garante a sobrevivência imediata dos sem-teto e dos sem-terra?

Antônio, Francisco e Pedro são, ao mesmo tempo, vítimas e carrascos do conjunto da sociedade. Apesar de existir um grande número

de terrenos próprios para a edificação, eles custam muito caro, ou não estão à venda, esperando a valorização. Assim, em razão da concentração de renda e da especulação imobiliária, tantos Antônio, Francisco e Pedros são contrangidos a ocupar áreas

de risco e insalubres, contribuindo com isto para a degradação do meio ambiente, que também é deles.

A relação entre pobreza urbana e meio ambiente é muito delicada e certamente será impossível recuperar e proteger a natureza sem antes encontrar saídas para a miséria urbana e rural. Esta é uma das questões fundamentais no debate e na luta pela Reforma Urbana.

É impossível preservar o meio ambiente sem enfrentar a concentração de renda e a especulação imobiliária

Fuinha



ALERTA!

AS NOVAS ARMADILHAS DA POLÍTICA HABITACIONAL

Sob o argumento de formular uma nova política habitacional, o Governo Federal aciona mais uma vez as suas baterias contra o controle público do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Através de Ante-Projeto de Lei, proposto pela Associação Brasileira de COHAB's (ABC) e adotado pelo Governo Federal, é recriado o BNH, rebatizado como Agência Nacional de Habitação.

O projeto propõe, para a formação de um fundo habitacional, a utilização de 70% dos recursos do FGTS e 50% da arrecadação líquida das loterias, além de outros recursos, como a incorporação do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), criado em 1991 para um suposto programa de construção de moradias pelas empresas privadas para os seus funcionários. Os recursos ficariam depositados no Banco Central, podendo qualquer banco privado exercer o papel de agente operador. A CEF passaria a ser um mero agente financeiro entre outros, perdendo suas atuais funções com relação ao FGTS. O projeto também menciona a formação de um Conselho Nacional de Habitação. Composto por 14 integrantes, participariam dele apenas um representante dos trabalhadores e dois representantes dos movimentos de moradia. Este conselho, *majoritariamente governamental*, assumiria as atuais atribuições do Conselho Curador do FGTS, voltando a centralizar nas mãos do Governo Federal a definição das diretrizes para a aplicação dos recursos.

Na realidade, o governo aproveita-se da mobilização alcançada pelos movimentos de moradia de todo Brasil, que no final de 1991 encaminharam ao Congresso o 1º Projeto de Lei de Iniciativa Popular, instituindo o FUNDO NACIONAL DE MORADIA, destinado a financiar e implementar programas habitacionais de interesse social. Na proposta popular, a administração seria feita por um Conselho Nacional de Moradia composto majoritariamente por representantes dos movimentos populares e o agente operador seria a Caixa Econômica Federal (CEF).

Com o projeto da ABC, adotado pelo Governo Federal, *extingue-se indiretamente o Conselho Curador do FGTS e coloca-se em seu lugar um arremedo ainda maior de representação popular. A concentração dos recursos no Banco Central, aparentemente, está mais ligada à política de enxugamento monetário vigente do que a um interesse efetivo em direcionar um volume maior de recursos para a habitação popular. Contudo, o aceno feito aos movimentos de moradia, ao aceitar-se a idéia de criação de um fundo habitacional, não deve ser desprezado. Cabe aos movimentos que respaldam a proposta do FUNDO NACIONAL DE MORADIA reverter a favor de seu projeto as "dicas" de recursos para a composição do fundo, lutando para manter o seu controle público, a gestão popular dos projetos habitacionais e, sobretudo, o fim do clientelismo no cumprimento de sua função social.*



FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA

Nos dias 16 e 17 de maio corrente, aconteceu o Fórum Estadual da Reforma Urbana, com a participação de representantes de cerca de 40 entidades do Rio Grande do Sul. Os temas centrais do encontro foram a Eco-92 e a Política de Reforma Urbana no Estado.

Uma carta aberta, produto final do Fórum, foi entregue por uma comissão ao Governador do Estado, Alceu Collares, e aos Deputados Estaduais, com as seguintes propostas, referentes a:

Função Social da Propriedade: subordinação do uso do solo urbano à Função Social da Propriedade e ao Estado de Necessidade, bem como às limitações e potencialidades do meio ambiente físico das cidades, mediante novos planos Diretores municipais. Esses planos devem ser elaborados a partir de assembléias de ruas, bairros e distritos e contemplar a população excluída do acesso regular ao solo urbano, servindo, portanto, como instrumento de Reforma Urbana.

Política Habitacional: efetivação de uma política habitacional popular capaz de garantir o acesso da população à terra, moradia com todos os equipamentos e serviços urbanos necessários para uma vida digna. Para tanto deve ser criado um Fundo Estadual de Habitação Popular, através de Iniciativa Popular de Lei, que também incentive a criação de fundos municipais, com conselhos majoritariamente integrados pela sociedade civil e movimentos populares.

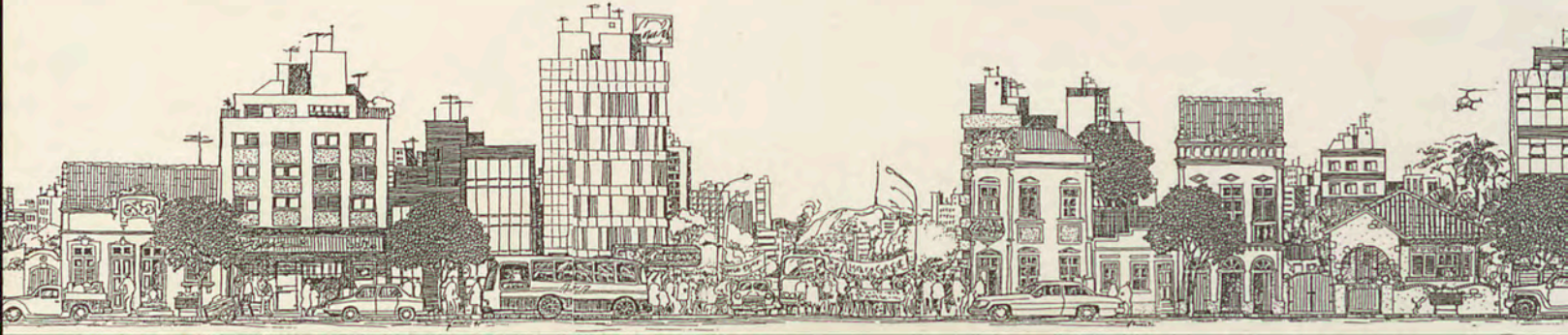
Política de Saneamento: promoção da saúde pública através da efetivação de uma política de saneamento que compreenda formas de captação de água potável e de tratamento das águas servidas, com a criação de uma legislação específica.

Participação Popular na Gestão das Políticas Públicas: instituição de Conselhos Estaduais ligados à questão urbana como o de Habitação, Saneamento e Meio Ambiente. Acesso às informações, audiências públicas de julgamento de Relatórios de Impacto Ambiental, participação da sociedade civil nos "comitês" de gerenciamento das bacias hidrográficas, bem como o exercício de formas diretas de representação social, como o plebiscito.

Além disto, o Fórum propôs:

— ampla mobilização da sociedade gaúcha Pró-Fundo Nacional da Moradia Popular e pela aprovação imediata do projeto de Lei Federal "Estatuto da Cidade" com as emendas apresentadas pelas entidades populares.

— a exigência do cumprimento dos dispositivos constitucionais estaduais, artigos 14 e 16 das disposições transitórias, sobre terras devolutas rurais e urbanas.



MORAR

Uma questão de cidadania

Premidas pela falta de alternativas e pressionadas pela crise econômica, muitas famílias têm buscado em locais impróprios ao uso habitacional o lugar para a instalação de suas moradias. São encostas de morros, margens de arroios, áreas de preservação que paulatinamente vêm sendo ocupadas, colocando em risco não só a vida das pessoas que ali passam a residir, como também o ambiente natural, contribuindo desta forma com o crescimento desordenado da cidade.

A par desta situação, foi iniciado um trabalho inédito pela Administração Municipal, através de suas secretarias e departamentos, com o objetivo de, num primeiro momento, dimensionar o problema, e, após propor alternativas que viessem a minorar ou eliminar os impactos gerados. No levantamento realizado foram identificadas cerca de 3.000 famílias habitando nestas áreas, que, como medida final, deverão ser relocadas. Foram localizados também 84 pontos de alto risco geotécnico, que precisam ser saneados.

Está em andamento o trabalho de numeração das casas e cadastramento das famílias, como forma de controlar o avanço das ocupações, ao mesmo tempo em que 22 dos pontos de alto risco já foram suprimidos.

Num primeiro momento, foi priorizada a intervenção nos morros da Polícia, da Companhia e Santa Tereza, devendo após estender-se para o Morro Santana e Glória, onde se tem adotado a prática do "congelamento", através de ação fiscal constante e periódicas reuniões com a comunidade. Já o reassentamento, propriamente, começará pela Zona Norte da cidade, onde existe área disponível que foi especialmente adquirida para este fim. O ponto de partida será a relocação da Vila Tripa, seguida das famílias que residem em margens de arroios da região.

Destaca-se que o sucesso do projeto está fortemente associado à compreensão por parte da comunidade dos problemas resultantes da ocupação de áreas inadequadas e da importância de sua participação no equacionamento dos mesmos.

Na região do Partenon, eleita como piloto, têm sido realizadas reuniões semanais, abertas à comunidade, onde são discutidos os procedimentos de fiscalização e controle, esclarecidas as dúvidas sobre o projeto, feita a programação de reconhecimento conjunto de áreas e a avaliação dos problemas identificados, procurando sempre aprimorar o método de intervenção.

Concorre para o êxito do programa, o trabalho paralelo de educação ambiental, desenvolvido através de oficinas tratando do tema, a distribuição de cartilhas e panfletos — encontros que, por si só, têm demonstrado alto poder de envolvimento e conscientização.

Diferentemente de operações isoladas, o traba-

Programa de reassentamento - relocação de subabitação de áreas de risco e recuperação ambiental da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

lho adotou desde seu início a lógica do gerenciamento por bacias hidrográficas. Embora não houvessem condições de desenvolver em toda sua extensão esta metodologia, a sub-bacia do Arroio do Moinho vem sendo trabalhada pelas diversas secretarias intervenientes, o que se amplia

agora para a bacia do Arroio Dilúvio. Existem, no entanto, problemas que comprometem o bom desenvolvimento do trabalho, sendo a limitação de recursos o principal deles. Uma operação de reassentamento não custa hoje, aos cofres públicos, menos do que Cr\$ 2 milhões por unidade, além, é claro, da aquisição da área. Também o número de veículos, rádios, bem como agentes de fiscalização tem-se mostrado insuficiente para fazer frente à dimensão do problema que está sendo tratado.

De qualquer forma, está iniciado um trabalho em que o Município não apenas denuncia, mas assume sua parcela de responsabilidade no equacionamento do problema, ao mesmo tempo em que tenta sensibilizar a sociedade e trazer à responsabilidade também as esferas estadual e federal para essa dificuldade de grande quilate que esbarra em questões estruturais.

CONJUNTO DE AÇÕES

Observado de forma mais ampla, o Programa integra-se à estratégia de trato da questão fundiária do Município. Se no momento são impedidas novas ocupações nestas áreas, o projeto de revisão dos padrões urbanísticos, atualmente em tramitação, poderá significar um forte incentivo à produção de lotes populares, até mesmo pela iniciativa privada, suprimindo em parte a demanda reprimida existente no setor. Por outro lado, está concluído o levantamento dos vazios urbanos que indica os locais onde existe maior concentração de áreas em especulação, subsídio importante no que se refere à definição de uma política de ocupação do solo.

Ao mesmo tempo, encontra-se em fase de finalização o cadastramento dos loteamentos clandestinos e irregulares do Município que passam a ser fiscalizados pelo Poder Público, e, quando possível, pressionados para que seja encaminhada a regularização — o que também avança em relação a áreas próprias da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde prevalecem os núcleos de subabitação.

Para a Administração Popular, estas intervenções integram-se à proposta de resgate da cidadania dos Porto-alegrenses, assegurando, ao mesmo tempo, uma visão ampla sobre a questão da moradia, vinculada à qualidade de vida e preservação ambiental.

Arqº EDUARDO NUNES VIEIRA
Coordenador de Planejamento do DEMHAB e membro do CIDADE



ÁREAS EM BEIRA DE ARROIOS		
LOCAL	VILAS	Nº DE SUBABITAÇÕES
ARROIO SARANDI	Nova Brasília / Do Respeito	226
ARROIO DA AREIA	Dique I	331
ARROIO STO. AGOST.	N. Sª Aparecida / Recanto do Chimarrão	153
CANAL NORTE	Boa Esperança / Sem Sossego (Nenê)	134
CANAL SUL	Frederico Mentz / Tio Zeca (Dosl)	64
CANAL AV. SERTÓRIO	Tripa	106
ARROIO DILÚVIO	Da Fonte	119
ARROIO DO MOINHO	Campo da Tuca / Volta da Cobra	77
SANGA DA MORTE	Estaleiro SÓ / Campos do Cristal / Cristal	173
CAVALHADA / PASSO FDO.	Icaraí I e Icaraí II	335
ARROIO DO SALS	(do Rio Guaíba até a Restinga)	15
TOTAL DE SUBABITAÇÕES.....		1.689

ÁREAS DE RISCO GEOTÉCNICO EM PORTO ALEGRE												
	GRANDE GLÓRIA	GRANDE CRUZEIRO	SERRARIA	GRANDE SÃO JOSÉ	GRANDE B. JESUS/VILA JARDIM	MORRO SANTANA	LOMBA DO PINHEIRO	AZENHA/MEDIANEIRA	ASSUNÇÃO/VILA CONCEIÇÃO	MORRO ALTO TERES.	VILA NOVA	BELÉM NOVO
1 - POPULAÇÃO	25.835	16.717	3.264	40.808	41.435	6.923	19.112	2.519	8.763	1.647	6.050	1.619
2 - ÁREA (ha)	128.31	617.95	78.86	140.86	130.33	81.32	225.00	3.7	24.63	21.6	332.3	5.5
3 - Nº DE VILAS	12	26	03	17	27	10	19	05	07	04	07	02
4 - PONTOS DE ALTO RISCO GEOTÉCNICO	19	11	07	19	03	03	04	03	07	02	04	02
5 - PONTOS DE RISCO NÃO IMEDIATO	38	06	28	36	12	04	09	02	06	02	01	—
6 - SUJEITO A SANEAMENTO	17	18	11	40	26	01	03	—	03	—	—	—
7 - MANEJO DE VEGETAÇÃO	02	—	—	02	01	02	01	—	02	—	—	—
8 - RELOCAÇÃO MORÁDIAS	05	06	01	—	04	02	03	03	03	03	02	—

FONTE: DEMHAB

PAUTA LEGISLATIVA



— A Prefeitura Municipal de Porto Alegre encaminhou à Câmara Municipal de Vereadores Projeto de Lei Complementar que institui o novo Código de Edificações.

— A Prefeitura Municipal de Porto Alegre deverá encaminhar brevemente à Câmara Municipal de Vereadores Projeto de Lei sobre a Revisão dos Padrões Urbanísticos para Loteamentos, que tem por objetivo reduzir o preço e aumentar a oferta de lotes na cidade.

— Poderá ser aprovado ainda no mês de junho, na Câmara Federal, Projeto de Lei de Saneamento criando um Conselho Nacional de Saneamento, majoritariamente integrado por entidades da sociedade civil.

— Duas moções de repúdio foram tiradas no III FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA:

1 - Ao Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, do Dep. Estadual Guilherme Socias Villela, que infringe a competência e a autonomia dos Municípios de forma autoritária e inconstitucional e interfere na participação comunitária.

2 - Ao governo do Estado, que procede de forma anti-democrática na questão da duplicação da Riocell.

AGENDA

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - 1992

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
14	15	16 RESTINGA Igr. N. S. Misericórdia	17	18	19	20
21	22 CENTRO Câmara Municipal - Plenário	23 NORDESTE Esc. Mun. Vitor Jusler - R. 19 Fev. nº 330	24 EXTREMO SUL Igreja N. S. de Belém - R. Heitor Vieira, 494	25 CRUZEIRO Esc. Mun. Martin Aranha	26	27
28	29	30 PARTENON Igreja São José Mariano - R. Vidal de Negreiros, 550	JUNHO			
JULHO			1 HUMAITÁ Paróquia Santíssima Trindade	2 ILHAS Igr. Paroquial Ilha Pintada	3	4
5	6 GLÓRIA Igr. N. S. da Glória - R. Oscar Pereira, 2851	7 CRISTAL Paróquia S. Martinho - R. Cel. Claudino, 220	8 ZONA SUL Salão CTG Descecidência/Farraga Cavahada, 6735	9 CENTRO SUL CECOPAN Arroio Gr.	10	11
12	13 EIXO BALTAZAR Sind. Metal. Francisco Trein, 116	14 ZONA LESTE Igr. Bom Jesus - R. Seizal, 52	15 ZONA NORTE Sindicato Metalúrgico	16 LOMBA PINHEIRO Esc. Mun. Heitor Vila Lobos	17	18

— Iniciativa Popular de Lei, articulada pelos Conselhos Populares de Porto Alegre, deverá ser encaminhada ao Legislativo Municipal, visando institucionalizar o Conselho de Acesso à Terra e destinar para fins habitacionais e de regularização fundiária o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Com este objetivo, reuniões regulares vem sendo realizadas, com a participação de representantes do Programa de Regularização Fundiária e lideranças populares, além de assessorias.

— Proposto inicialmente pelo Conselho Popular do Partenon, um seminário de reflexão e articulação das regiões organizadas de Porto Alegre será realizado provavelmente no mês de agosto. Reuniões preparatórias abertas interessadas estão ocorrendo às sextas-feiras, às 19 h, na Usina do Gasômetro.

EXPEDIENTE

De Olho na CIDADE é uma publicação de CIDADE — Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, Rua José do Patrocínio, 1197, Porto Alegre, fone 226-7170.
Elaboração: Marta Ghezzi, Regina Maria Pozzobon e Sérgio Gregório Baierle. Colaboração: Márcia Koma e Eduardo Nunes Vieira. Apoio: Eduardo Delebo. Ilustrações: Moe e Glenda Pereira da Cruz.
Composição, Fotelito e Impressão: Pallotti.
Tiragem: 1.200 exemplares - Distribuição gratuita.

